

CONJUNTURA CNseg



ANO 2 | Nº 4 | FEVEREIRO/2019



Sumário

| | |
|--------------------------|----|
| Apresentação | 3 |
| Editorial | 4 |
| Economia Brasileira..... | 6 |
| Mercado Segurador..... | 13 |
| Resumo Estatístico..... | 16 |
| Glossário..... | 21 |

Apresentação

A CNseg

A Confederação das Seguradoras – CNseg – é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem a missão de congregar as lideranças das associadas, elaborar o planejamento estratégico do setor, colaborar para o aperfeiçoamento da regulação governamental, coordenar ações institucionais de debates, divulgação e educação securitária e representar as associadas perante a

autoridades públicas e a entidades nacionais e internacionais do mercado de seguros.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg.

Fechado o ano de 2018, há o que se comemorar no desempenho de um Setor Segurador maduro. Em bases anuais, o crescimento foi superlativo nas Coberturas de Pessoas - Planos de Risco (9,4%) - traduzidas em proteções por morte e invalidez permanente. Os seguros de Danos e Responsabilidades, sem DPVAT, cresceram expressivos 8,1%. As provisões Técnicas quase chegaram a R\$ 1 trilhão.

Divulgadas as estatísticas do setor em 2018, com arrecadação que alcançou R\$ 245,6 bilhões, consolidou-se a visão de um mercado de seguros em franca diferenciação entre os seus segmentos.

A evolução média da arrecadação, sem DPVAT, caindo 0,2% - uma estabilidade virtual - não reflete mais a dinâmica da demanda por proteção, nem os movimentos estratégicos de reposicionamento das seguradoras.

Vejamos a seguir.

No segmento de seguros de Danos e Responsabilidades, com receitas de R\$ 70,1 bilhões, destacaram-se, com progresso acima de dois dígitos, os ramos de Transportes (16,1%), Rural (11,4%), Crédito e Garantias (10,6%), Responsabilidade Civil (10,3%) e Patrimonial (10%). São os novos protagonistas da procura, pela sociedade, por proteção.

O histórico carro-chefe do setor, o ramo de Automóveis, recuperou desempenho observado em 2017, evoluindo 6%.

Com receitas de R\$ 41,5 bilhões, os Planos de Risco do Segmento de Pessoas alcançaram crescimento de 9,4%, com forte contribuição do Seguro Prestamista, na esteira da alavancagem do crédito pessoal e de empresas.

O desempenho médio do mercado - visão pouco a pouco afastada - foi prejudicado pela contribuição dos Planos de Acumulação Previdenciária, que caiu 8,1%, resultado de um cenário de grande volatilidade de ativos no ano que passou. A despeito disso, esse segmento participa com R\$ 108,2 bilhões do total das receitas do mercado de seguros.

O segmento de Capitalização - os títulos que combinam acumulação com sorteio - veio recuperando posição ao longo do ano, fechando com crescimento de 1,2%.

O setor segurador permanece demonstrando a sua solvência, atributo particular e importante que retribui a confiança dos consumidores. As reservas, ou provisões técnicas, que garantem os contratos de seguros, chegaram a um incremento anual de 9,9%, uma cifra histórica de R\$ 995,3 bilhões. Ela corresponde a cerca de 19% da dívida pública brasileira.

Com a esperada recuperação da economia brasileira, caudatária das reformas anunciadas pelo governo recentemente empossado, há perspectiva de desempenho ainda melhor em 2019. Seja em resposta à desoneração do Estado, seja à preferência de pessoas e empresas pela proteção contra riscos de todas as naturezas. A diferenciação intrasegmentos do mercado deverá prosseguir, em ambiente maduro e competitivo.

CONJUNTURA CNseg

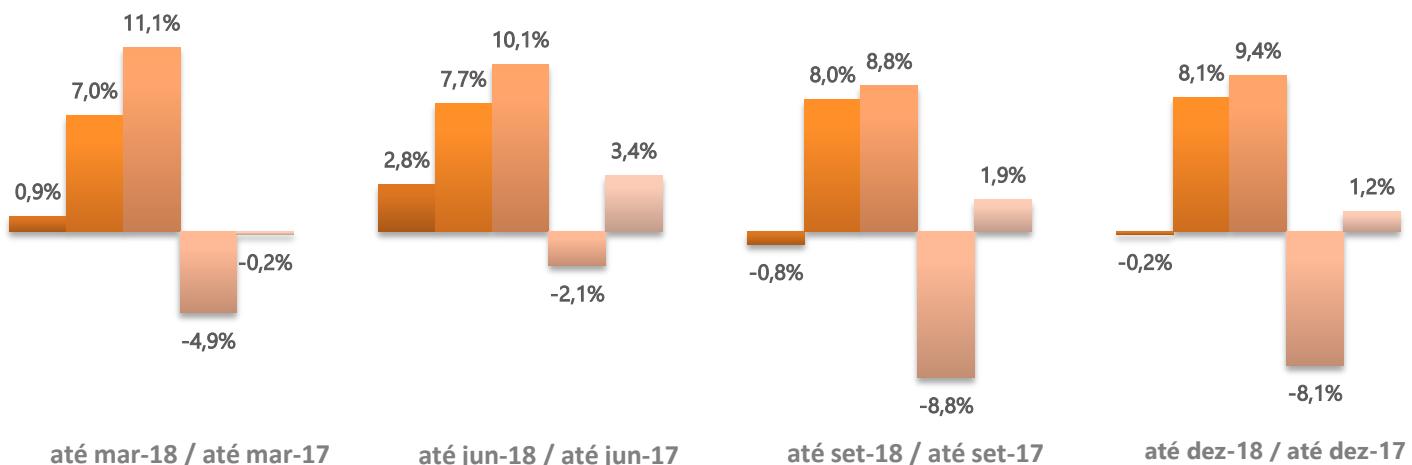
APRESENTAÇÃO

ANO 2 | Nº 4 | FEVEREIRO/2019

O gráfico a seguir mostra que o comportamento dos segmentos-líderes em crescimento do mercado de seguros (danos e responsabilidades e cobertura de pessoas – planos de risco) foi consistente ao longo do ano de 2018.

Mostra também a recuperação do segmento de capitalização, com posterior estabilização. Os dados referem-se a uma série de 12 meses móveis posicionada ao final dos quatro trimestres do exercício passado.

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO - 12 MESES MÓVEIS



■ Setor Segurador (sem DPVAT e Saúde)

■ Danos e Responsabilidades (sem DPVAT)

■ Cobertura de Pessoas - Planos de Risco

■ Cobertura de Pessoas - Planos de Acumulação

■ Capitalização

Economia Brasileira

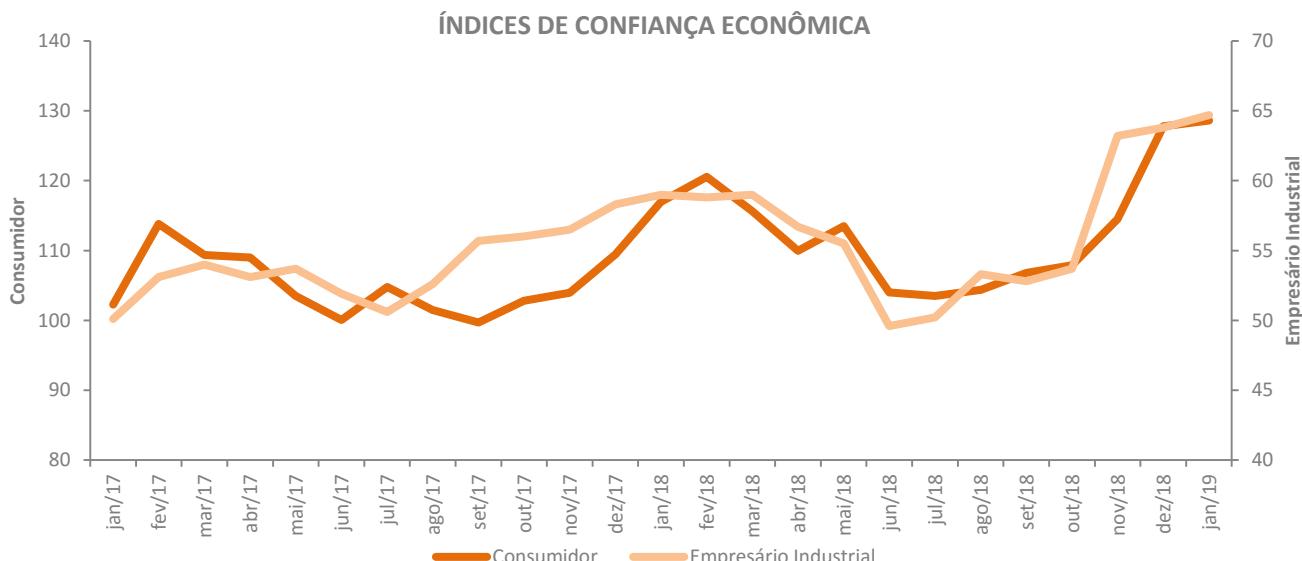
Análise Conjuntural

Uma análise dos indicadores mais recentes do nível de atividade e dos índices de confiança da economia brasileira retrata o momento particular da conjuntura econômica e política do País. Após meses de intensa instabilidade e volatilidade provocadas pela incerteza associada às eleições presidenciais de 2018, prevaleceu um período em que empresários e consumidores recuperaram rapidamente a confiança na economia brasileira.

Como mostra o gráfico abaixo, os índices de confiança têm permanecido em patamares altos, mas, nos últimos meses, têm apresentado alguns sinais de estabilidade que refletem, da parte de empresários e do mercado financeiro, o compasso de espera pelo evento determinante da economia brasileira em 2019: a reforma da Previdência. Da parte dos consumidores, tal estabilidade reflete uma economia que cresce em ritmo

ainda lento, insuficiente para aquecer o mercado de trabalho, o que tem pesado sobre a percepção das condições presentes.

Isto é, a confiança pode ter chegado a um patamar que somente será superado se a economia voltar a se recuperar de modo mais consistente, o que, por sua vez, parece estar diretamente ligado ao bom andamento da agenda de reformas econômicas. As sinalizações mais recentes, com destaque para a eleição dos presidentes das Casas do Congresso Nacional, são predominantemente positivas, indicando que são grandes as chances de que o governo consiga aprovar uma reforma robusta em um prazo razoável, que inspire confiança na sustentabilidade das contas públicas e na retomada do crescimento da economia.

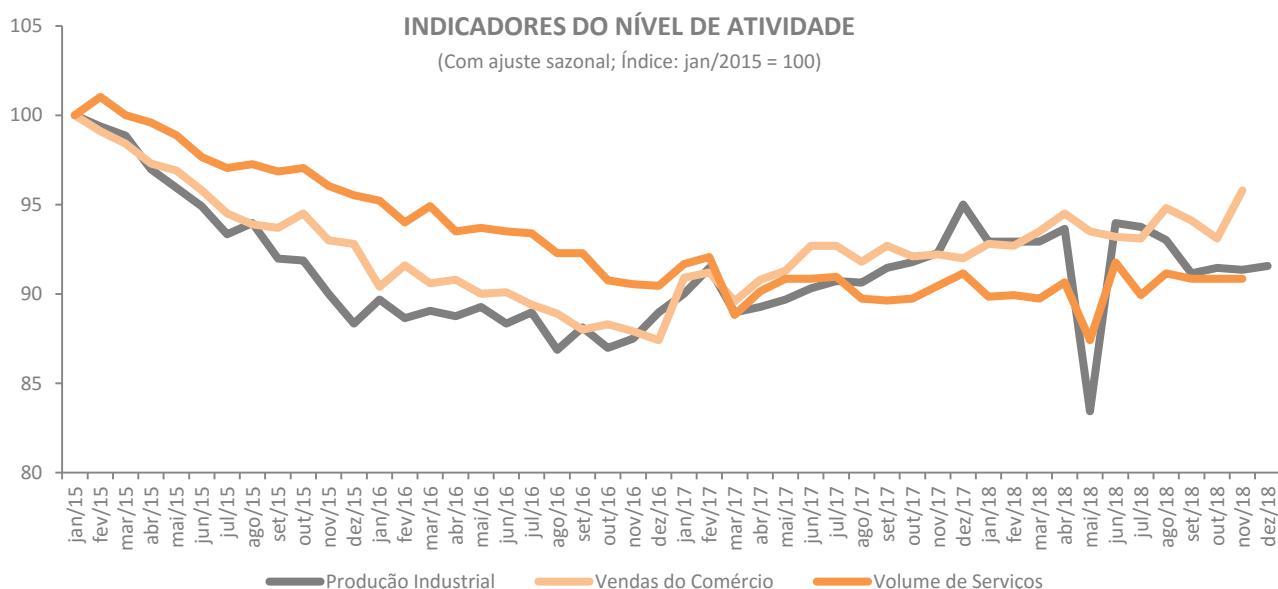


Por enquanto, os indicadores de atividade do final do ano passado, que vêm sendo divulgados nas últimas semanas, mostram uma economia que permanece crescendo em ritmo apenas moderado, mesmo no período em que a incerteza eleitoral já havia sido superada.

A produção industrial, medida pela PIM-PF, do IBGE, apresentou crescimento de 0,2% na passagem de novembro para dezembro de 2018, na série livre de efeitos sazonais. Entretanto, a variação contra o mesmo mês do ano anterior foi de -3,6% e, no acumulado do último trimestre, houve contração de 1,3%. Em 2018, a produção das indústrias de transformação e extrativas brasileiras apresentou expansão de 1,1%, segundo ano consecutivo de crescimento, mas que representa uma desaceleração em relação aos 2,5% registrados em 2017. Dados da expedição de papel ondulado, um consistente indicador antecedente¹ do desempenho da indústria, confirmam o arrefecimento nos últimos meses e lançam dúvidas sobre o desempenho do setor nos próximos meses: desde agosto, a variação acumulada em 12 meses apresenta desaceleração. Em dezembro, na variação contra o mesmo mês do ano anterior, o

indicador apresentou queda de 3,1%.

As vendas do varejo, por sua vez, apesentaram desempenho um pouco melhor, mas, como foi salientado na análise de conjuntura do último mês, esses dados têm sido muito influenciados pelos efeitos da disseminação da *Black Friday* sobre os indicadores do comércio, o que suscita cautela na análise desse setor nos últimos meses do ano, pois pode estar ocorrendo transferência de consumo que tipicamente ocorreria em outros meses para novembro. De acordo com os dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio), do IBGE, as vendas do comércio varejista cresceram 2,9% em novembro de 2018, após dois meses consecutivos de contração. O resultado é o maior para o mês desde 2012, indicando que a data promocional teve forte aderência pelo consumidor brasileiro. Contra o mesmo mês do ano anterior, o crescimento nas vendas foi de 4,4%. Já a PMS (Pesquisa Mensal de Serviços), também do IBGE, no mesmo período, apresentou desempenho mais modesto: estabilidade na margem e crescimento de 0,9% sobre novembro do ano anterior.



Fonte: IBGE

¹ Indicador antecedente é aquele que, devido à maior rapidez de divulgação ou por suas características inerentes, antecipa estatisticamente, no tempo, o comportamento de outro indicador.

Enquanto isso, a inflação permanece em patamares baixos. O IPCA fechou 2018 em 3,75%, consideravelmente abaixo da meta estabelecida para o ano, de 4,50%. Não fosse a variação dos preços monitorados – aqueles cujas variações não são livres, mas determinadas por contratos, como combustíveis, energia elétrica e transporte público – que encerraram 2018 com variação de 6,18%, a inflação oficial teria sido ainda mais baixa, já que os preços livres – aqueles determinados, em grande parte, pelas condições de oferta e demanda – fecharam o ano com variação de apenas 2,91%.

Vale destacar que a inflação excepcionalmente baixa ao longo de todo o ano passado se concretizou mesmo na presença de dois choques significativos sobre os preços: a greve dos caminhoneiros e a desvalorização do câmbio (houve depreciação de 15% da cotação R\$/US\$ em 2018 em relação à média do ano anterior). Já o IGP-M, que acelerou em 2018 e fechou o ano em 7,55% por conta da forte influência que a cotação do dólar tem sobre esse índice, já apresenta sinais de desaceleração, registrando variação de apenas 0,01% em janeiro, com 6,75% no acumulado em 12 meses. Tal comportamento da inflação, na ausência de choques exógenos significativos de oferta, sinaliza demanda ainda fraca.

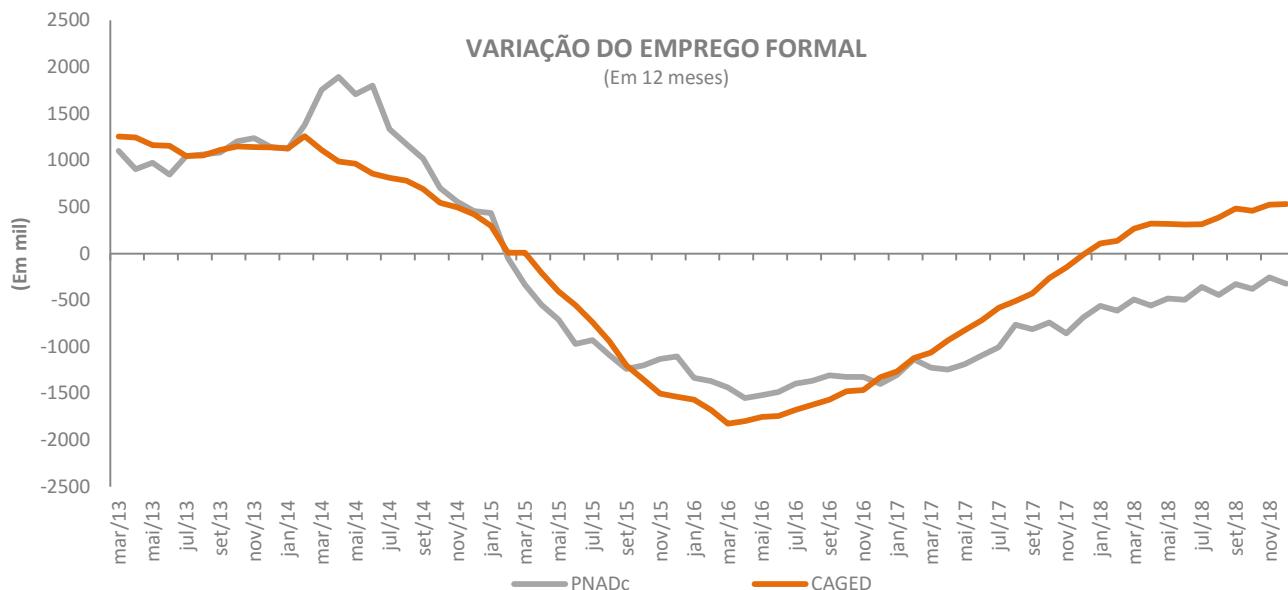
As condições do mercado de trabalho – fundamentais para consolidar o aumento da confiança dos consumidores – continuam desafiadoras, com a taxa de desocupação se reduzindo em ritmo lento, fundamentada, principalmente, no aumento do emprego informal, que tem menos impacto no aumento da renda das famílias e da contribuição fiscal, o que seria importante, dadas as dificuldades das contas públicas. No trimestre móvel encerrado em dezembro de 2018, a taxa de desocupação registrada pela PNAD Contínua foi de 11,6%, recuo de apenas 0,2 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior. O número de desalentados – pessoas que gostariam de trabalhar, mas desistiram de procurar ocupação – alcançou o maior nível da série histórica, atingindo 4,8 milhões de indivíduos.

Ao longo deste ano, a taxa de desocupação pode continuar a cair lentamente, mesmo que a recuperação

esperada se consolide, por conta do efeito alento – pessoas que estavam fora da força de trabalho retornam ao perceberem as melhores condições de empregabilidade –, que amplia o número de pessoas procurando emprego em um primeiro momento e, assim, pressiona a taxa de desocupação.

Pairam ainda dúvidas em relação aos indicadores do emprego formal e, portanto, em relação às análises que podem ser feitas a respeito da qualidade do emprego. A clara divergência entre os dados de ocupação com carteira assinada da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), do IBGE e do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do antigo Ministério do Trabalho, agora sob gestão do Ministério da Economia, permanece sem uma explicação conclusiva. Apesar das divergências metodológicas entre o registro administrativo e a pesquisa amostral, suas indicações a respeito do mercado de trabalho com carteira costumam convergir, o que não vem ocorrendo pelo menos desde o início de 2017. Enquanto a PNAD Contínua aponta para uma redução de aproximadamente 350 mil no estoque de pessoas empregadas com carteira em 2018, o CAGED sinaliza criação líquida de quase 530 mil vagas formais no mesmo período.

Apesar do ritmo lento de recuperação da economia, restam poucas dúvidas de que há sinalizações positivas para os próximos meses. Recentemente, houve alguma melhora nas expectativas quanto à economia mundial, após a forte deterioração dos últimos meses, ainda que os riscos persistam e estejam claros, como sinalizou a atualização mais recente do *World Economic Outlook* (Panorama Econômico Mundial), divulgada pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) no final de janeiro. Em primeiro lugar, o discurso do Federal Reserve (Fed, o Banco Central norte-americano) se tornou mais dovish – isto é, com maior tendência à diminuição das taxas de juros e retirada de estímulos monetários –, o que é uma boa notícia para países emergentes, como o Brasil, pois sinaliza melhores condições de liquidez global.



Fontes: Ministério da Economia e IBGE

A economia chinesa continua a apresentar sinais de desaceleração, entretanto, as autoridades do país também vêm se mostrando mais dispostas a adotar medidas de estímulo à atividade econômica, se assim julgarem necessário. Um contraponto a esse cenário um pouco menos adverso da economia mundial pode vir da Argentina, importante parceira comercial do Brasil, que permanece em situação econômica bastante delicada.

Sinais positivos também têm surgido do encaminhamento da reforma da Previdência. Parece cada vez mais claro que a reforma será ampla e contemplará diversos segmentos da sociedade, como políticos, funcionários públicos e militares, grupo que levanta muitos debates e tem grande presença no governo. Dessa maneira, será mais fácil encontrar respaldo para a reforma na população e, consequentemente, no Congresso, ampliando as chances de aprovação. Os presidentes de ambas as Casas do Congresso já deixaram claro apoio à reforma. Isso já se reflete, inclusive, nos juros longos² da economia brasileira, que têm se reduzido.

Dados das contas públicas para o ano passado mostraram a dimensão do desafio fiscal brasileiro. Estudo do Tesouro Nacional mostra que quando se divide o resultado primário do Governo Central entre o Resultado do Tesouro Nacional e do Banco Central e o Resultado da Previdência Social (RGPS), a preços de dezembro de 2018, o primeiro apresentava, em 2011, superávit de R\$ 196,5 bilhões, enquanto a Previdência apresentava déficit de R\$ 54,8 bilhões, resultando em superávit de R\$ 141,7 bilhões. No ano passado, porém, o superávit de R\$ 77,0 bilhões do Tesouro e do Banco Central se contrapôs a um déficit de R\$ 198,0 bilhões da Previdência, resultando em déficit de R\$ 121,1 bilhões para o Governo Central.



Fonte: Tesouro Nacional

² Juros de vértices que representam prazos mais longos da estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) estimada para a economia brasileira e que, portanto, impactam mais diretamente as decisões de investimento.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 04/02/2019)

| Notas | Variável | Realizado 2018 | Realizado 12 meses | Valores projetados para 2019 | | | | |
|-------|--|----------------|--------------------|------------------------------|----------|-----------|------------|---------------|
| | | | | Atual | Anterior | 4 semanas | 13 semanas | Início do ano |
| | | | | 01/02/19 | 25/01/19 | 04/01/19 | 01/11/18 | 04/01/19 |
| 3 | PIB | 1,13% | 1,39% | 2,50% | 2,50% | 2,53% | 2,50% | 2,53% |
| 2 | Produção Industrial (quantum) | 1,15% | 1,15% | 3,04% | 3,04% | 3,04% | 3,24% | 3,04% |
| 3 | PIB Indústria | 0,93% | 1,32% | 2,89% | 2,89% | 2,80% | 2,64% | 2,80% |
| 3 | PIB de Serviços | 1,35% | 1,52% | 2,30% | 2,20% | 2,20% | 2,09% | 2,20% |
| 3 | PIB Agropecuário | -0,34% | 0,42% | 2,59% | 2,59% | 2,57% | 2,63% | 2,57% |
| 2 | IPCA | 3,75% | 3,75% | 3,94% | 4,00% | 4,01% | 4,22% | 4,01% |
| 1 | IGP-M* | 0,01% | 6,75% | 3,92% | 4,18% | 4,30% | 4,51% | 4,30% |
| 1 | SELIC* | 6,40% | 6,40% | 6,50% | 7,00% | 7,00% | 8,00% | 7,00% |
| 1 | Câmbio* | 3,65 | 3,65 | 3,70 | 3,75 | 3,80 | 3,80 | 3,80 |
| 2 | Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 53,76% | 53,76% | 56,35% | 56,00% | 56,70% | 56,40% | 56,70% |
| 2 | Conta-Corrente (em US\$ bi) | -12,93 | -12,93 | -25,00 | -26,80 | -26,00 | -30,00 | -26,00 |
| 2 | Balança Comercial (em US\$ bi) | 53,59 | 53,59 | 51,00 | 52,00 | 52,00 | 49,00 | 52,00 |
| 2 | Investimento Direto no País (em US\$ bi) | 86,73 | 86,73 | 79,50 | 80,00 | 79,50 | 70,00 | 79,50 |
| 2 | Preços Administrados | 6,18% | 6,18% | 4,89% | 4,80% | 4,79% | 4,80% | 4,79% |

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Notas: 1- dados até janeiro; 2- dados até dezembro; 3- dados até setembro;

*Realizado em 2019

CONJUNTURA CNseg

ECONOMIA BRASILEIRA

ANO 2 | Nº 4 | FEVEREIRO/2019

| Notas | Variável | Realizado 2018 | Realizado 12 meses | Valores projetados para 2020 | | | | |
|-------|--|----------------|--------------------|------------------------------|----------|-----------|------------|---------------|
| | | | | Atual | Anterior | 4 semanas | 13 semanas | Início do ano |
| | | | | 01/02/19 | 25/01/19 | 04/01/19 | 01/11/18 | 04/01/19 |
| 3 | PIB | 1,13% | 1,39% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% | 2,50% |
| 2 | Produção Industrial (quantum) | 1,15% | 1,15% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 3,00% |
| 3 | PIB Indústria | 0,93% | 1,32% | 3,00% | 3,10% | 3,08% | 2,60% | 3,08% |
| 3 | PIB de Serviços | 1,35% | 1,52% | 2,50% | 2,50% | 2,55% | 2,50% | 2,55% |
| 3 | PIB Agropecuário | -0,34% | 0,42% | 3,00% | 3,00% | 3,00% | 2,85% | 3,00% |
| 2 | IPCA | 3,75% | 3,75% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| 1 | IGP-M* | 0,01% | 6,75% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% | 4,00% |
| 1 | SELIC* | 6,40% | 6,40% | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 8,00% | 8,00% |
| 1 | Câmbio* | 3,65 | 3,65 | 3,75 | 3,78 | 3,80 | 3,78 | 3,80 |
| 2 | Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 53,76% | 53,76% | 58,30% | 58,16% | 58,65% | 58,55% | 58,65% |
| 2 | Conta-Corrente (em US\$ bi) | -12,93 | -12,93 | -37,00 | -37,35 | -38,00 | -39,25 | -38,00 |
| 2 | Balança Comercial (em US\$ bi) | 53,59 | 53,59 | 47,65 | 49,00 | 47,25 | 46,50 | 47,25 |
| 2 | Investimento Direto no País (em US\$ bi) | 86,73 | 86,73 | 80,00 | 82,44 | 84,44 | 76,00 | 84,44 |
| 2 | Preços Administrados | 6,18% | 6,18% | 4,30% | 4,20% | 4,00% | 4,20% | 4,00% |

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

Notas: 1- dados até janeiro; 2- dados até dezembro; 3- dados até setembro;

*Realizado em 2019

A conjuntura descrita na seção anterior também se reflete nas expectativas de especialistas do mercado financeiro, resumidas nas projeções para a economia brasileira compiladas pelo relatório Focus, do Banco Central do Brasil. O otimismo com o novo governo, de um lado, alimenta expectativas de crescimento mais robusto em 2019. Por outro lado, os claros sinais de que a economia permanece desaquecida vêm limitando os ânimos, ao menos até que o bom andamento da agenda de reformas, especialmente a da Previdência, esteja garantido.

A projeção mediana para o crescimento do PIB em 2019 vem apresentando quedas sutis há algumas semanas e se encontra em 2,50%, assim como a projeção para 2020, também em 2,50%. Já a projeção mediana para o IPCA ao final deste ano tem sido sistematicamente reduzida e está agora (3,94%) abaixo dos 4,25% do centro da meta estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) para 2019. As expectativas para a inflação oficial mais à frente mostram ainda que os analistas seguem acreditando em inflação na meta em 2020 (4,00%) e em 2021 (3,75%).

A projeção para a taxa de câmbio ao final deste ano, na esteira do maior otimismo com a economia, também tem sido reduzida e chegou a R\$/US\$ 3,70. Para 2020, a projeção mediana também vem caindo e estava, na data de referência desta análise, em R\$/US\$ 3,75.

Com projeções de inflação cada vez mais baixas para o ano corrente e ancoradas nas metas em todo horizonte projetado, ocorreu algo que havíamos antecipado neste espaço na última publicação: a projeção mediana para a taxa básica de juros, a Selic, estável em 7,00% há várias semanas, foi reduzida para 6,50%, indicando que o mercado, hoje, acredita que o Banco Central não aumentará os juros básicos este ano, já que em sua reunião mais recente, que deve ter sido a última antes da mudança de presidência no Banco Central, o Copom (Comitê de Política Monetária) manteve, pela sétima vez consecutiva, a taxa básica de juros em 6,50%. No entanto, muitas casas importantes do mercado financeiro já trabalham com cenário de reduções adicionais na taxa

Selic, principalmente em um cenário de aprovação da reforma da Previdência. Tal percepção ganha força quando se observam a ainda grande capacidade ociosa da economia (a utilização da capacidade instalada da indústria, em 72,7%, encontra-se consideravelmente abaixo da média histórica, de 80,7%) e a tendência de desaceleração dos núcleos de inflação³, variáveis fundamentais nas análises do Copom, como mostra o gráfico abaixo.

A inflação baixa é resultado tanto de um cenário de demanda corrente ainda fraca quanto de boa condução da política monetária sob a atual gestão do Banco Central, que deve – apesar da mudança na presidência da instituição – ter continuidade, dado o perfil do novo titular e a permanência de importantes diretores.

IPCA: MÉDIA DE SETE NÚCLEOS
(Acumulado em 12 meses)



Fonte: BCB e IBGE

³ Uma definição de núcleos de inflação citados ser encontrada no Glossário desta publicação.

Mercado Segurador

Análise de Desempenho

O setor de seguros (sem saúde) arrecadou, em dezembro, segundo dados da Susep, R\$ 24,1 bilhões em prêmios diretos de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, o que representa uma queda de 1,1% em relação ao mesmo mês do ano passado. Com esse resultado para o último mês do ano, a arrecadação do setor em 2018 foi de R\$ 245,6 bilhões, registrando assim uma queda de 0,7% em relação ao ano anterior, em termos nominais. Entretanto, para uma comparação mais adequada, convém excluir do cálculo os números do seguro DPVAT¹. Feito tal ajuste, a queda na arrecadação no ano passado é de 0,2%, indicando estabilidade nas condições gerais do setor.

Os dados fechados² de 2018 confirmam as tendências verificadas nas análises que foram feitas ao longo do ano, de que o setor vem respondendo de maneira heterogênea ao ciclo econômico. Parte dele, influenciado pela recuperação gradual do nível de atividade, apresenta resiliência, com taxas robustas de crescimento, enquanto outra parte foi afetada pela maior volatilidade de ativos, pela exacerbada incerteza que prevaleceu no período pré-eleitoral, pelo ainda elevado desemprego – que reduz a capacidade de poupança da população – e pelas taxas de juros em mínimas históricas, o que canaliza recursos para alocações mais arriscadas, em busca de retornos maiores.

No segmento de Cobertura de Pessoas, que fechou o ano com arrecadação de R\$ 149,7 bilhões, os Planos de Risco (excetuando-se os Planos Tradicionais) apresentaram mais um mês de crescimento da arrecadação (8,0% contra dezembro do ano anterior) e, com isso, o crescimento acumulado no ano foi de 10,0%, bastante influenciado pela variação do seguro prestamista (19,3% no ano), que cresceu na esteira da retomada do crédito pessoal e de empresas – segundo dados do Banco Central, após dois anos seguidos de queda, o crédito bancário cresceu 5,5% em 2018.

Por outro lado, a arrecadação dos Planos de Acumulação nesse segmento continua a apresentar queda nas comparações interanuais (-2,7%), influenciando os resultados agregados do setor, dada sua expressiva representatividade. Os produtos da família VGBL tiveram queda de 3,8% em relação a dezembro de 2017, acumulando queda de 8,5% no ano. Os produtos da família PGBL, por outro lado, recuperaram-se parcialmente do tombo registrado em novembro e cresceram 3,4% em dezembro sobre o mesmo mês do ano anterior. Tal resultado, porém, foi insuficiente para reverter os resultados acumulados ao longo do ano e, assim, o produto fechou 2018 com queda de 4,1%. Espera-se, entretanto, que a maior estabilidade das condições econômicas e os debates em torno da reforma da Previdência – que, historicamente, funcionam como um impulso exógeno – estimulem a demanda por produtos de previdência privada ao longo deste ano.

¹ Segundo a Resolução CNSP nº351/2017, o seguro DPVAT teve redução de 35% para o exercício de 2018 em todas as categorias (com exceção à categoria “motocicletas, motonetas, ciclomotores e similares”).

² Os dados de dezembro estão sujeitos a alterações posteriores, já que as empresas supervisionadas pela Susep têm prazo estendido até o envio dos dados de janeiro do ano seguinte para eventuais recargas.

A arrecadação do segmento de Danos e Responsabilidades (Ramos Elementares), sem o DPVAT, encerrou 2018 em R\$ 70,1 bilhões, crescendo 8,1% em relação ao ano anterior. Na comparação com dezembro de 2017, o crescimento foi mais modesto, de 2,6%. Destacam-se os grupos de Transportes (16,1%), Rural (11,4%), Patrimonial (10,0%), Crédito e Garantia (10,6%) e Responsabilidade Civil (10,3%), todos com taxas de crescimento de dois dígitos no ano. O desempenho do grupo Transportes foi influenciado pela implantação do Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que prevê a indicação da Averbação do Embarque, garantindo a cobertura de seguro, além da própria retomada do crescimento da economia que, mesmo moderada, estimula serviços que contratam esse tipo de proteção. No caso do Rural, há sinais de que a safra deste ano pode vir a superar a “supersafra” de 2017, o que, aliado a uma disseminação da cultura do seguro no meio rural, pode estar por trás do aumento da demanda por proteção na atividade agrícola ainda no ano passado, dados os ciclos de produção de cada cultura e suas defasagens. As perspectivas para esse produto continuam animadoras, a despeito do aumento dos sinistros, que cresceram 47,1% no ano passado como consequência de eventos climáticos extremos, como secas, geadas e alagamentos. Outro aumento expressivo dos sinistros foi verificado no seguro D&O (*Directors and officers*), de 56,9%, o que pode estar associado ao aumento no número de casos de empresários responsabilizados por atos praticados no exercício de suas profissões.

Destoaram, nesse segmento, o desempenho do grupo Grandes Riscos Patrimoniais, com queda acumulada de arrecadação de 2,7% no ano e o seguro Habitacional, que sofreu forte queda no mês de dezembro, o que derrubou o resultado acumulado no ano de 6,2% para -1,7%. Quanto ao primeiro, trata-se de um tipo de seguro de arrecadação volátil, ligado ao investimento em infraestrutura, que deve se beneficiar, no médio prazo, de uma retomada mais consistente do crescimento econômico e da execução de projetos de investimento.

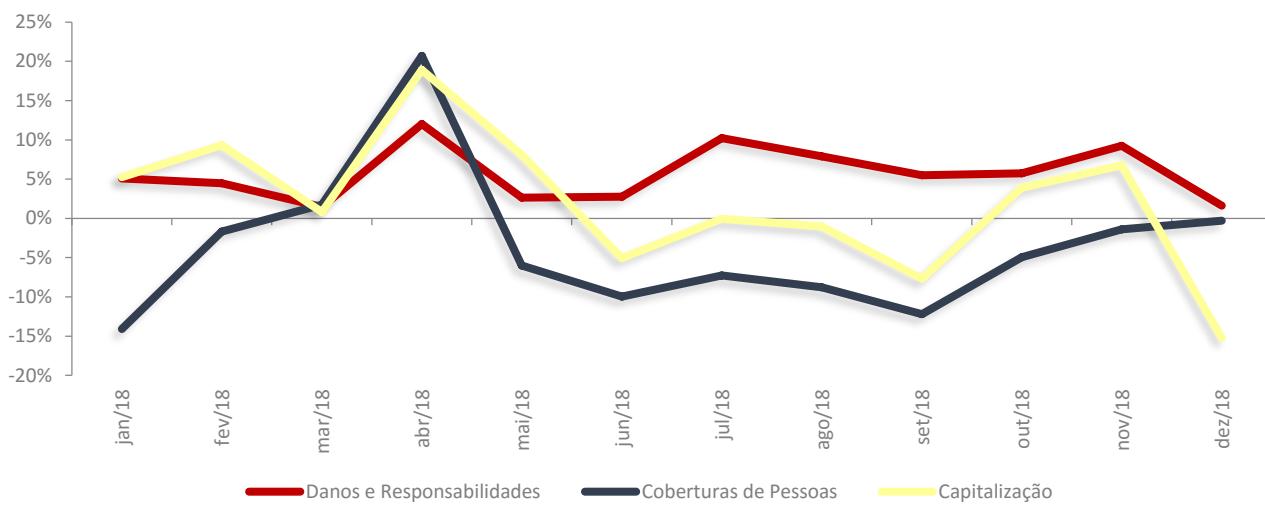
O seguro Automóvel, carteira de maior peso no segmento, manteve os bons resultados apresentados ao longo do ano, fechando 2018 com crescimento de 6,0% no ano, influenciado pelo bom desempenho das vendas de automóveis no mercado interno.

No segmento de Capitalização, o faturamento no mês de dezembro foi de R\$ 1,8 bilhão, o que representa uma forte queda de 15,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, a arrecadação em 2018 foi 1,2% maior que em 2017, desempenho que ainda assim pode ser considerado positivo, principalmente quando comparado ao de produtos que também podem ser utilizados para constituição de reservas.

No último mês, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) divulgou as informações financeiras das operadoras desse segmento relativas ao 3º trimestre de 2018. As contraprestações líquidas apresentaram crescimento de 10,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado em linha com os do primeiro semestre do ano passado, o que fez com que os resultados acumulados no ano se alterassem pouco: de 10,3% no acumulado até o 2º trimestre para 10,4% até o 3º trimestre, pela mesma métrica. No mesmo período, as despesas com eventos indenizáveis apresentaram expansão de 8,6%. Espera-se que uma recuperação mais robusta do emprego formal este ano – que já começa a ser registrada nos dados do CAGED, como analisamos na seção Economia Brasileira desta publicação – impulsione o número de beneficiários de planos de saúde, especialmente da modalidade médico-hospitalar.

O número de beneficiários de planos de saúde, segundo dados mais recentes da Sala de Situação da ANS, era de 71,6 milhões em dezembro de 2018, 2,3% maior que no mesmo mês do ano anterior, resultado de variações de 0,4% no número de beneficiários de planos de assistência médica e de 6,2% dos planos exclusivamente odontológicos.

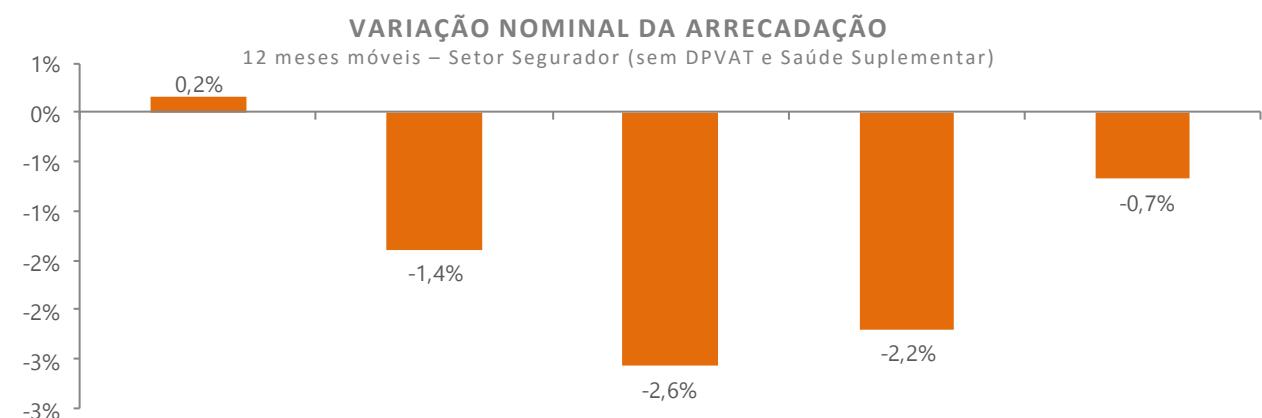
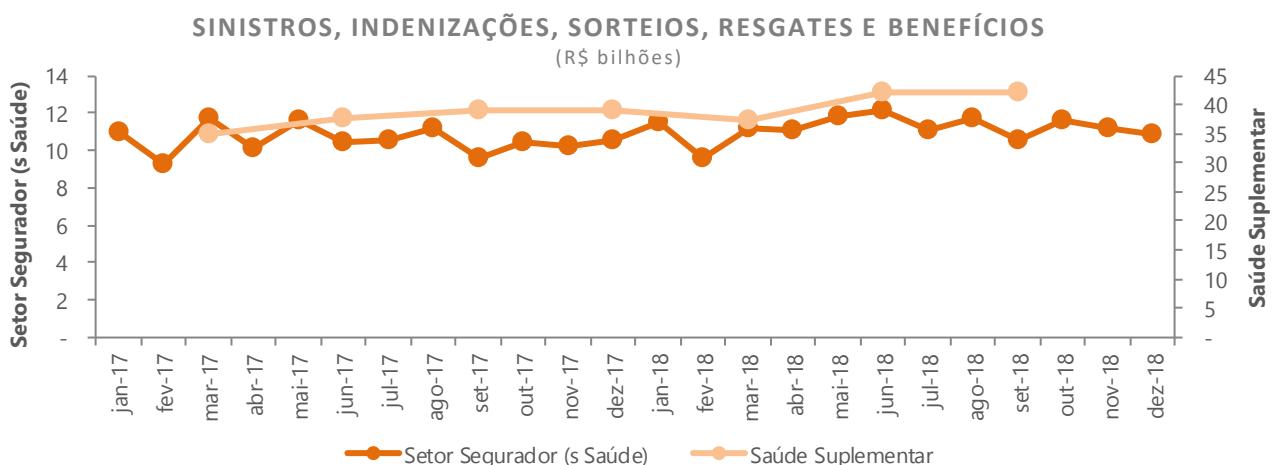
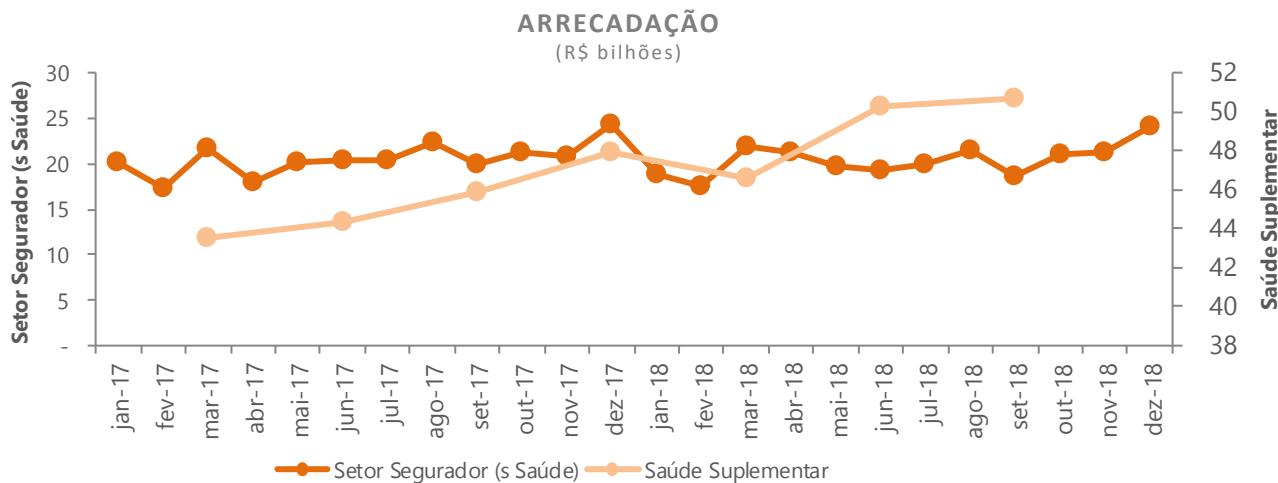
ARRECADAÇÃO DO SETOR SEGURADOR (S/ SAÚDE) EM 2018, POR SEGMENTO (Variação contra o mesmo período do ano anterior)



Fonte: SES (Susep)

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 05/02/19)



até ago-18 / até ago-17 até set-18 / até set-17 até out-18 / até out-17 até nov-18 / até nov-17 até dez-18 / até dez-17

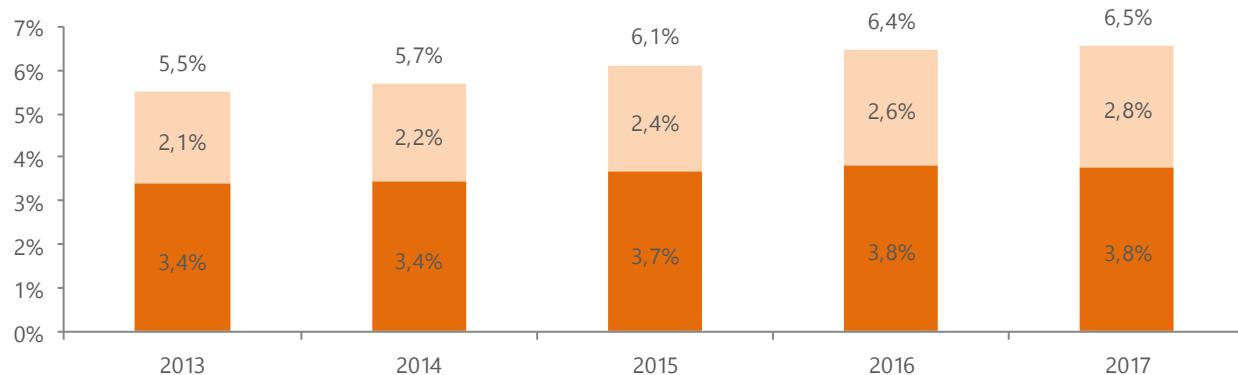
Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

| Arrecadação (em milhões R\$) | | | | | | | |
|---------------------------------|--|-------------------|-------------------|----------------|------------------|------------------|----------------|
| | Setor Segurador (sem Saúde Suplementar) | Até dezembro | | Variação % | dezembro | dezembro | Variação % |
| | | 2017 | 2018 | | 2017 | 2018 | |
| 1 | Danos e Responsabilidades (s DPVAT) | 64.889,95 | 70.126,67 | 8,07% | 5.997,60 | 6.150,38 | 2,55% |
| 1.1 | Automóvel | 33.864,78 | 35.889,63 | 5,98% | 3.196,24 | 3.232,51 | 1,13% |
| 1.11 | Acidentes Pessoais de Passageiros | 606,52 | 603,70 | -0,46% | 57,82 | 57,16 | -1,15% |
| 1.12 | Casco | 23.734,13 | 24.809,43 | 4,53% | 2.226,67 | 2.227,26 | 0,03% |
| 1.13 | Responsabilidade Civil Facultativa | 7.236,23 | 7.847,14 | 8,44% | 689,90 | 699,13 | 1,34% |
| 1.14 | Outros | 2.287,91 | 2.629,36 | 14,92% | 221,84 | 248,96 | 12,23% |
| 1.3 | Patrimonial | 10.882,75 | 11.969,01 | 9,98% | 970,00 | 1.148,37 | 18,39% |
| 13.1 | Massificados | 7.910,42 | 9.015,24 | 13,97% | 749,82 | 822,34 | 9,67% |
| 13.11 | Compreensivo Residencial | 2.657,59 | 2.997,02 | 12,77% | 253,94 | 253,09 | -0,33% |
| 13.12 | Compreensivo Condominial | 407,45 | 448,81 | 10,15% | 37,47 | 36,00 | -3,92% |
| 13.13 | Compreensivo Empresarial | 2.116,13 | 2.435,29 | 15,08% | 204,23 | 223,51 | 9,44% |
| 13.14 | Outros | 2.729,25 | 3.134,12 | 14,83% | 254,18 | 309,73 | 21,86% |
| 13.2 | Grandes Riscos | 2.725,30 | 2.651,70 | -2,70% | 254,43 | 303,99 | 19,48% |
| 13.3 | Risco de Engenharia | 247,03 | 302,06 | 22,28% | -34,25 | 22,05 | -164,37% |
| 1.4 | Habitacional | 3.776,92 | 3.713,65 | -1,68% | 319,86 | 41,52 | -87,02% |
| 1.5 | Transportes | 2.714,54 | 3.150,63 | 16,07% | 284,89 | 334,00 | 17,24% |
| 15.1 | Embarcador Nacional | 842,16 | 921,20 | 9,38% | 86,82 | 100,37 | 15,60% |
| 15.2 | Embarcador Internacional | 423,05 | 541,04 | 27,89% | 44,22 | 63,16 | 42,85% |
| 15.3 | Transportador | 1.449,32 | 1.688,40 | 16,50% | 153,85 | 170,47 | 10,80% |
| 1.6 | Crédito e Garantia | 3.810,63 | 4.216,27 | 10,65% | 354,46 | 418,07 | 17,94% |
| 1.7 | Garantia Estendida | 2.731,59 | 2.973,54 | 8,86% | 268,15 | 310,64 | 15,85% |
| 1.8 | Responsabilidade Civil | 1.606,66 | 1.772,60 | 10,33% | 198,80 | 197,01 | -0,90% |
| 18.1 | Responsabilidade Civil D&O | 405,15 | 442,54 | 9,23% | 90,75 | 85,02 | -6,31% |
| 18.2 | Outros | 1.201,51 | 1.330,07 | 10,70% | 108,05 | 111,99 | 3,65% |
| 1.9 | Rural | 4.124,00 | 4.594,29 | 11,40% | 295,33 | 309,86 | 4,92% |
| 1.10 | Marítimos e Aeronáuticos | 705,38 | 718,19 | 1,82% | 59,22 | 62,68 | 5,85% |
| 1.10.1 | Marítimos | 374,76 | 356,40 | -4,90% | 33,08 | 32,44 | -1,92% |
| 1.10.2 | Aeronáuticos | 330,62 | 361,79 | 9,43% | 26,14 | 30,24 | 15,68% |
| 1.11 | Outros | 672,70 | 1.128,85 | 67,81% | 50,65 | 95,73 | 88,99% |
| 2 | Coberturas de Pessoas | 155.643,03 | 149.729,78 | -3,80% | 15.993,79 | 15.948,54 | -0,28% |
| 2.1 | Planos de Risco | 34.524,48 | 37.978,67 | 10,01% | 3.251,38 | 3.510,49 | 7,97% |
| 2.11 | Vida | 13.691,50 | 14.995,97 | 9,53% | 1.416,11 | 1.501,06 | 6,00% |
| 2.12 | Prestamista | 9.504,60 | 11.343,39 | 19,35% | 895,74 | 1.004,33 | 12,12% |
| 2.13 | Viagem | 514,24 | 512,60 | -0,32% | 46,40 | 51,38 | 10,73% |
| 2.14 | Outros | 10.814,14 | 11.126,71 | 2,89% | 893,13 | 953,72 | 6,78% |
| 2.2 | Planos de Acumulação | 116.848,78 | 107.411,41 | -8,08% | 12.354,65 | 12.026,98 | -2,65% |
| 2.2.1 | Família VGBL | 106.653,55 | 97.631,31 | -8,46% | 10.426,38 | 10.033,30 | -3,77% |
| 2.2.2 | Família PGBL | 10.195,23 | 9.780,10 | -4,07% | 1.928,27 | 1.993,68 | 3,39% |
| 2.3 | Planos Tradicionais | 4.269,77 | 4.339,70 | 1,64% | 387,76 | 411,07 | 6,01% |
| 3 | Capitalização | 20.754,78 | 21.008,72 | 1,22% | 2.120,34 | 1.797,65 | -15,22% |
| =1+2+3 | Setor Segurador (s DPVAT) | 241.287,75 | 240.865,17 | -0,18% | 24.111,72 | 23.896,57 | -0,89% |
| 4 | DPVAT | 5.935,40 | 4.691,18 | -20,96% | 256,24 | 206,12 | -19,56% |
| =1+2+3+4 | Setor Segurador | 247.223,16 | 245.556,35 | -0,67% | 24.367,96 | 24.102,70 | -1,09% |

Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação.
 Fonte: SES (SUSEP)

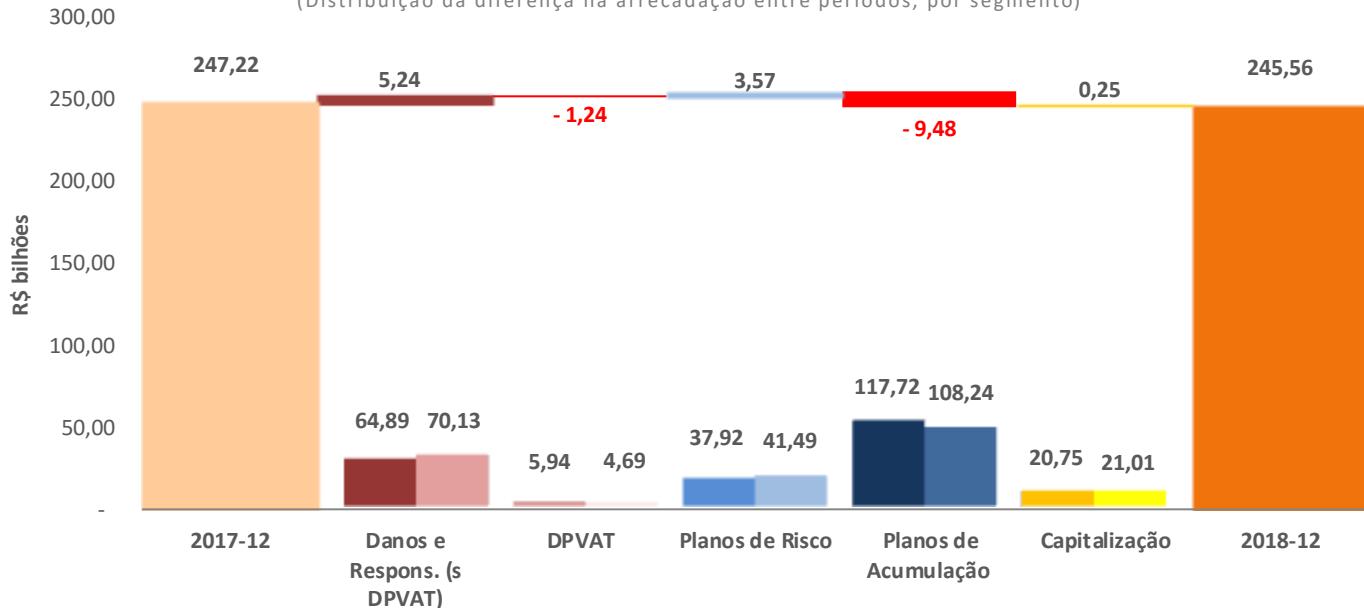
PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO

(Distribuição da diferença na arrecadação entre períodos, por segmento)



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

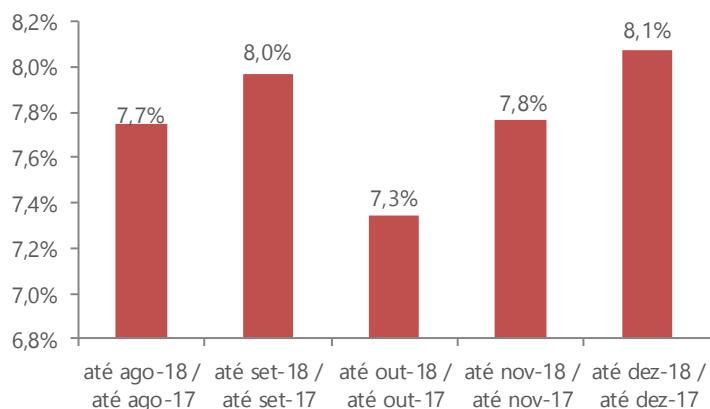
(em milhões de usuários)



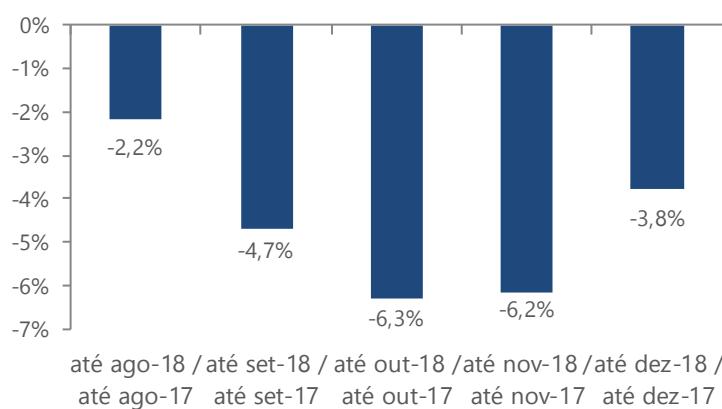
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
 Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

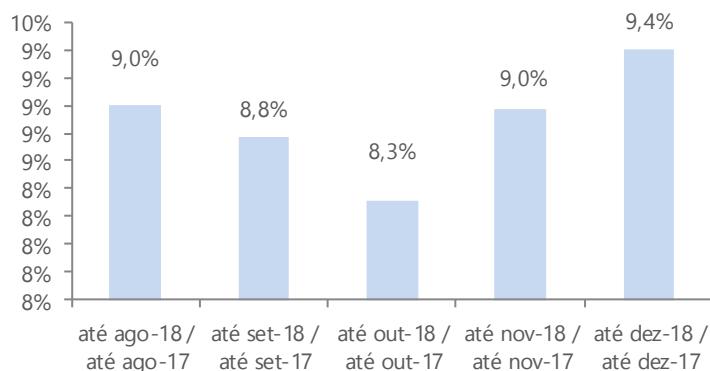
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



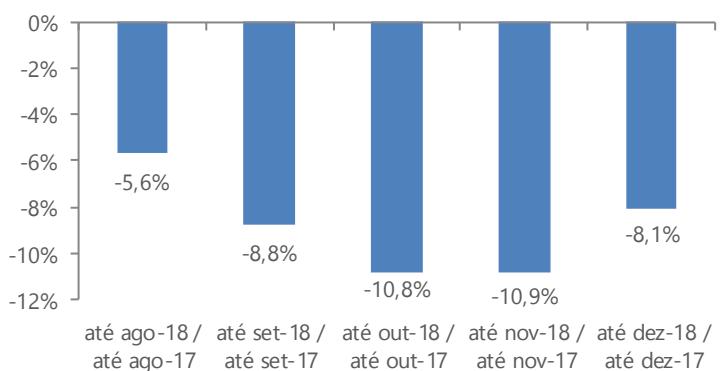
Cobertura de Pessoas



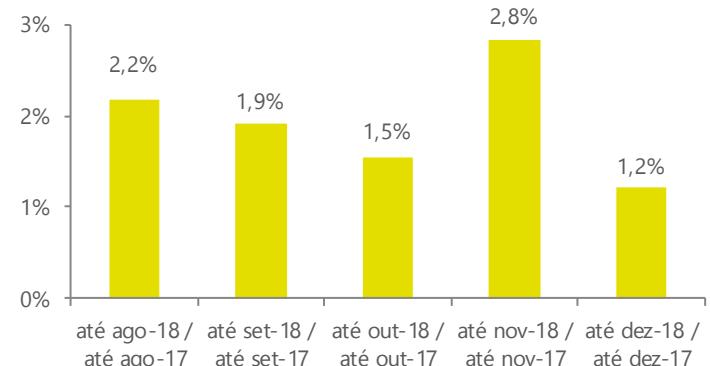
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



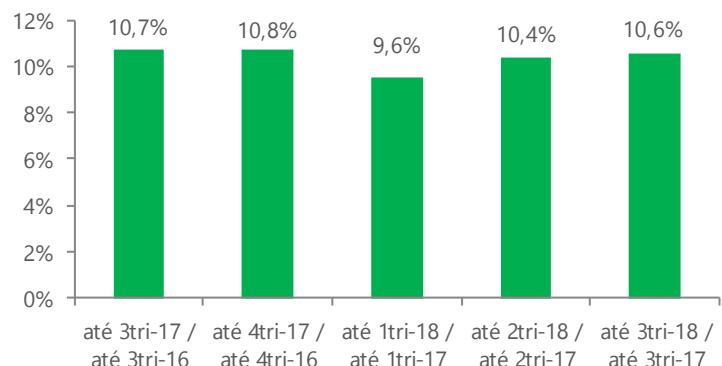
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização

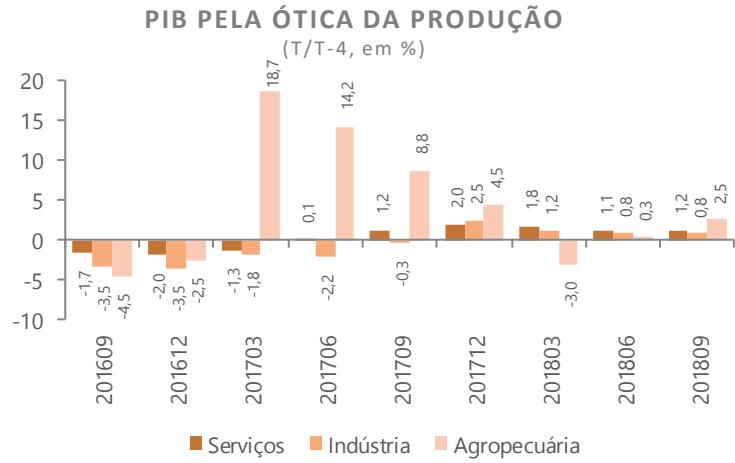
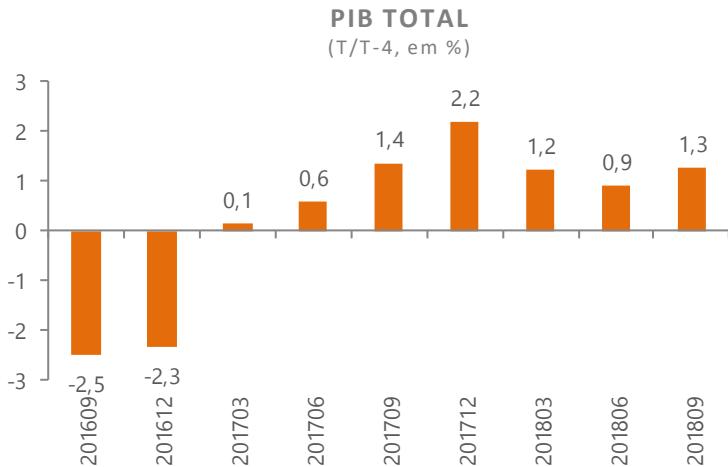


Saúde Suplementar

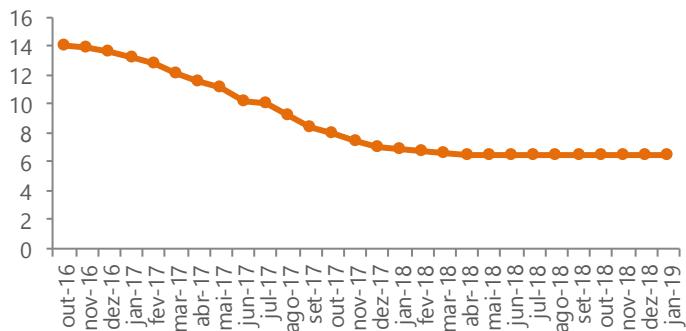


Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

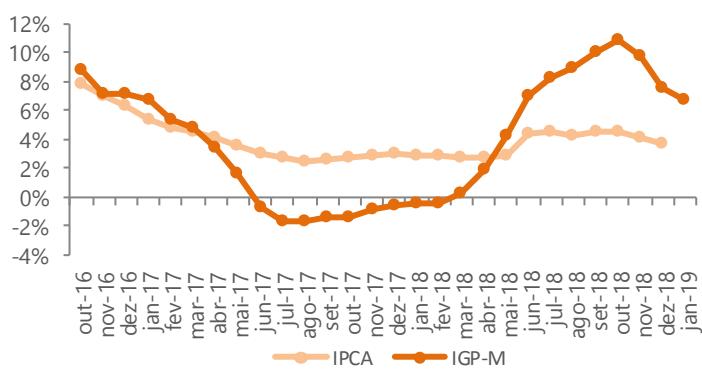
Indicadores Econômicos (data de corte: 05/02/19)



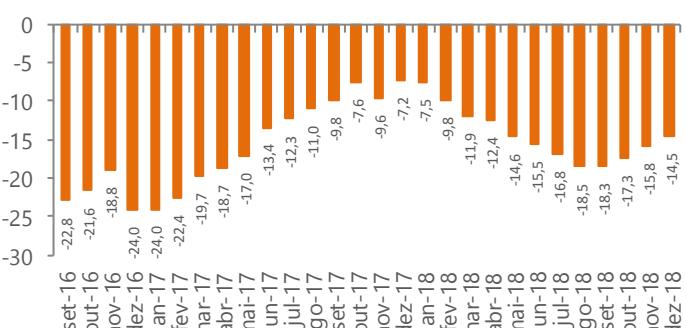
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



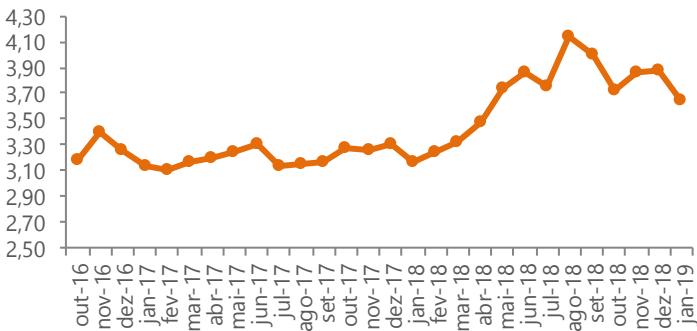
INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)



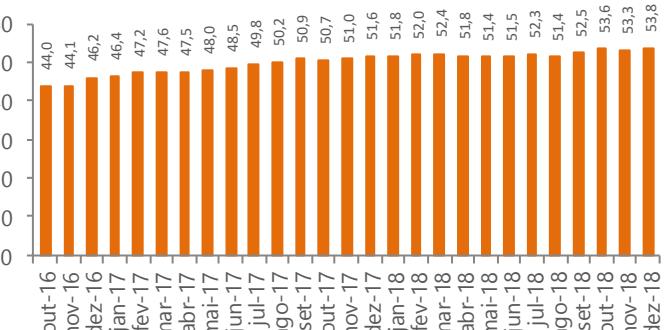
SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



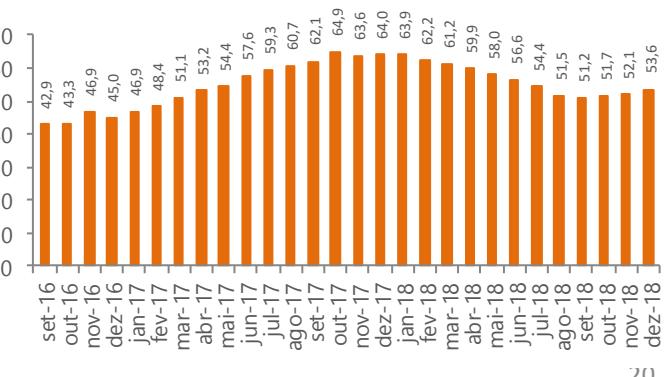
Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro, e serviços de assistência, líquido dos salvados e resarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida dos Planos de Acumulação: Diferença entre a soma das contribuições de previdência e do prêmio emitido em regime de capitalização de VGBL e a soma dos resgates de previdência e de VGBL. Aplicável somente a esses planos.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de preços ao consumidor-amplio calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice geral de preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de

agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

Núcleo de Inflação: Segundo o Banco Central do Brasil, núcleo de inflação, também denominado de inflação subjacente, é uma medida que procura captar a tendência dos preços, desconsiderando distúrbios resultantes de choques temporários.